



## Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí

### Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e o Relatório dos Auditores Independentes

#### Sumário

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos Patrimoniais .....	4
Demonstração do Resultado .....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	10
Demonstrativo do Valor Adicionado.....	12
Notas explicativas as demonstrações financeiras.....	13 a 47
Parecer do Conselho Fiscal .....	48



FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

CNPJ. : 23.951.916/0001-22

"RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES"

A

Diretoria

- 1) Examinamos as Demonstrações Contábeis da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ**, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, e do Fluxo de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
- 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000) e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
- 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

[www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)  
[audisa@audisaauditores.com.br](mailto:audisa@audisaauditores.com.br)



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

- 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis** – Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações, e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

5) **Outros assuntos;**

**Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo - SP, 21 de fevereiro de 2014.

**AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS**  
**CRC/SP 2SP 024298/O-3**

Alexandre Chiaratti do Nascimento

Contador

CRC/SP 187.003/ O- 0

CNAI – SP – 1620

[www.audisaauditores.com.br](http://www.audisaauditores.com.br)  
[audisa@audisaauditores.com.br](mailto:audisa@audisaauditores.com.br)

SEDE – São Paulo/SP  
Alameda Olga, 426 – 2º andar – Bloco B  
Perdizes – 01155-040  
Fone: (11) 3825-9673  
[saopaulo@audisaauditores.com.br](mailto:saopaulo@audisaauditores.com.br)

Rio de Janeiro/RJ  
Rua Xavier de Souza nº 45 – sala 110  
Copacabana – 22061-010  
Fone/Fax: (11) 3825-9673  
[riodejaneiro@audisaauditores.com.br](mailto:riodejaneiro@audisaauditores.com.br)

Porto Alegre/RS  
Av. Getúlio Vargas, 301 – 11º andar  
Moinhos de Deus – 91150-002  
Fone/Fax: (51) 3062-8922  
[portofalegre@audisaauditores.com.br](mailto:portofalegre@audisaauditores.com.br)

Recife/PE  
Av. Conselheiro Aguiar  
Boa Viagem – 51029-  
Fone/Fax: (81) 3463-  
[recife@audisaauditores.com.br](mailto:recife@audisaauditores.com.br)



**BALANÇO PATRIMONIAL**  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (EM REAIS)

**ATIVIDADE DE ENSINO**

**ATIVIDADE DE SAÚDE**

<b>ATIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>ATIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>8.444.257</b>	<b>41.165.122</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>28.407.480</b>	<b>21.729.339</b>
Caixa e equivalentes de caixa	755.736	592.235	Caixa e equivalentes de caixa	4.466.102	932.998
Mensalidades a receber	11.579.742	12.374.394	Mensalidades a receber	663	663
(-) PCLD (mensalidades a receber)	(6.900.316)	(6.818.333)	Outros títulos a receber	28.057.204	15.789.861
Outros títulos a receber	3.444.965	2.720.791	(-) PCLD (outros títulos a receber)	(5.305.150)	(2.935.803)
(-) PCLD (outros títulos a receber)	(1.197.811)	(1.204.345)	Outros Ativos circulantes	187.660	170.406
Outros Ativos circulantes	228.642	265.894	Transferência entre unidades	-	6.713.332
Transferência entre unidades	411.889	32.686.562	Estoques	997.286	1.041.145
Estoques	37.364	48.714	Despesas antecipadas	3.715	16.737
Despesas antecipadas	84.046	499.210			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>43.676.149</b>	<b>43.174.752</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>34.137.151</b>	<b>32.212.365</b>
Devedores de Acordos	1.567.857	792.374	Devedores de Acordos	508	-
Imobilizado	47.188.152	46.823.787	Imobilizado	41.896.189	38.791.340
(-) Depreciação	(5.991.323)	(5.384.253)	(-) Depreciação	(8.162.817)	(6.871.444)
Intangível	2.334.638	1.984.465	Intangível	566.149	365.311
(-) Amortização	(1.423.175)	(1.041.621)	(-) Amortização	(162.878)	(72.842)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>52.120.406</b>	<b>84.339.874</b>	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>62.544.631</b>	<b>53.941.704</b>



ATIVIDADE DE ENSINO			ATIVIDADE DE SAÚDE		
PASSIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
<b>CIRCULANTE</b>	<b>17.088.067</b>	<b>45.224.557</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>25.930.347</b>	<b>26.832.144</b>
Obrigações Trabalhistas	2.015.801	2.095.513	Obrigações Trabalhistas	1.474.875	1.281.058
Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	516.903	533.023	Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	426.998	382.395
Obrigações Tributárias a Recolher	948.729	903.525	Obrigações Tributárias a Recolher	320.353	248.275
Fornecedores	579.958	305.085	Fornecedores	5.644.936	2.933.128
Outras Obrigações a Pagar	3.370.069	2.695.410	Outras Obrigações a Pagar	7.930.058	174.038
Provisões Sociais e Trabalhistas	3.769.555	3.578.750	Provisões Sociais e Trabalhistas	2.586.161	2.221.452
Empréstimos Bancários	5.682.445	7.520.665	Empréstimos Bancários	12.149.025	10.145.397
Receitas Antecipadas - Escolas	440.848	577.242	Receitas Antecipadas - Escolas	-	-
Credores de unidade	129.347	27.146.680	Credores de unidade	282.542	12.253.214
(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar	(365.588)	(131.336)	(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar	(4.884.601)	(2.806.813)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.801.659</b>	<b>1.146.272</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>31.939.564</b>	<b>25.213.542</b>
Empréstimos Bancários	1.934.429	-	Empréstimos Bancários	36.406.298	33.926.886
Outras Obrigações a Pagar	-	11.312	Outras Obrigações a Pagar	15.378	18.274
Contingências Passivas	2.034.476	1.134.960	Contingências Passivas	3.187.531	1.326.127,43
(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar	(167.246)	-	(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar	(7.669.643)	(10.057.745)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.230.680</b>	<b>37.969.045</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.674.720</b>	<b>1.896.018</b>
Patrimônio Social	11.552.846	11.360.213	Patrimônio Social	5.494.141	5.162.196
Ajuste de Avaliação Patrimonial	29.710.990	29.919.807	Ajuste de Avaliação Patrimonial	12.634.956	12.956.897
Transferência entre unidades	(2.054.233)	-	Transferência entre unidades	2.054.233	-
Superávit / Déficit do Exercício	(4.866.090)	(1.812.158)	Superávit / Déficit do Exercício	426.729	(7.511.950)
Superávit / Déficit Acumulado	(3.112.833)	(1.498.817)	Superávit / Déficit Acumulado	(15.935.339)	(8.711.125)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>52.120.406</b>	<b>84.339.874</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>62.544.631</b>	<b>53.941.704</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

<b>ATIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>36.851.737</b>	<b>62.894.464</b>	<b>CIRCULANTE - nota 13</b>	<b>43.018.414</b>	<b>72.056.699</b>
Caixa e equivalentes de caixa - nota 5	5.221.838	1.525.233	Obrigações Trabalhistas	3.490.676	3.376.571
Mensalidades a receber- nota 6	11.580.405	12.375.057	Obrigações Fiscais e Sociais a Rec	943.902	915.417
(-) PCLD (mensalidades a receber) nota 6	(6.900.316)	(6.818.333)	Obrigações Tributárias a Recolher	1.269.082	1.151.799
Outros títulos a receber- nota 7	31.502.169	18.510.654	Fornecedores	6.224.894	3.238.213
(-) PCLD (outros títulos a receber) nota 7	(6.502.961)	(4.140.147)	Outras Obrigações a Pagar	11.300.126	2.869.447
Outros Ativos circulantes- nota 9	416.302	436.300	Provisões Sociais e Trabalhistas	6.355.715	5.800.203
Transferência entre unidades	411.889	39.399.894	Empréstimos Bancários	17.831.471	17.666.062
Estoques- nota 4 (d)	1.034.650	1.089.859	Receitas Antecipadas - Escolas	440.848	577.242
Despesas Antecipadas - nota 8	87.761	515.947	Credores de unidade	411.889	39.399.894
			(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar	(5.250.189)	(2.938.149)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>77.813.300</b>	<b>75.387.116</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>35.741.224</b>	<b>26.359.815</b>
Devedores de Acordos- nota 10	1.568.365	792.374	Empréstimos Bancários - nota 14	38.340.728	33.926.886
Imobilizado- nota 11	89.084.341	85.615.127	Outras Obrigações a Pagar - nota 19	15.378	29.586
(-) Depreciação - nota 11	(14.154.140)	(12.255.698)	Contingências Passivas - nota 19	5.222.007	2.461.088
Intangível- nota 11	2.900.787	2.349.776	(-) Juros s/ Financiamentos a apropriar nota 14	(7.836.889)	(10.057.745)
(-) Amortização - nota 11	(1.586.053)	(1.114.463)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO - nota 15</b>	<b>35.905.399</b>	<b>39.865.064</b>
			Patrimônio Social	17.046.987	16.522.410
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	42.345.946	42.876.704
			Superávit / Déficit do Exercício	(4.439.361)	(9.324.108)
			Superávit / Déficit Acumulado	(19.048.173)	(10.209.942)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>114.665.037</b>	<b>138.281.578</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>114.665.037</b>	<b>138.281.578</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT E/OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO**  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (EM REAIS)

<b>RESULTADO</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>RECEITA BRUTA EDUCACIONAL</b>	<b>64.158.613</b>	<b>62.391.374</b>
Receita de Mensalidades Ed. Básica - nota 20	9.020.905	7.679.234
Receita de Mensalidades Ed. Superior - nota 20	51.383.467	49.109.082
Outras Receitas Operacionais	3.550.303	5.184.863
Doações	80.200	376.338
Subvenções e Convênios	123.738	41.858
<b>(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(13.294.158)</b>	<b>(11.073.224)</b>
(-) Bolsas Concedidas Integrais - Lei 12.101/09	(1.638.013)	(947.570)
(-) Bolsas Concedidas - Art. 31 Dec. 7.237/10	-	(270.235)
(-) Bolsas Concedidas - PROUNI	(5.384.641)	(4.999.239)
(-) Bolsas Concedidas Integrais - Lei 11.096/05	(180.931)	(122.194)
(-) Bolsas Concedidas Parciais - Lei 11.096/05	(190.746)	(167.671)
(-) Bolsas Concedidas - Art. 12 Lei 11.096/05	(2.526.568)	(963.099)
(-) Programa de apoio a bolsistas	(76.262)	(64.516)
(-) Outras Bolsas Concedidas	(195.793)	(1.221.853)
(-) Descontos Concedidos	(2.424.059)	(1.472.048)
(-) Descontos Incondicionais	(677.145)	(844.800)
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE EDUCACIONAL</b>	<b>50.864.455</b>	<b>51.318.150</b>
(-) CUSTOS	(41.427.462)	(37.804.600)
<b>(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) BRUTO EDUCACIONAL</b>	<b>9.436.993</b>	<b>13.513.550</b>
<b>(+) OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAS</b>	<b>12.654.671</b>	<b>9.839.738</b>
Outras receitas não operacionais	15.428	25.111
Isenção usufruída	12.639.243	9.814.627
<b>(-) DESPESAS OPERAC. ATIVIDADE EDUCACIONAL</b>	<b>14.311.794</b>	<b>14.630.676</b>
Pessoal	9.744.376	9.081.012
Administrativas e Gerais	3.103.687	4.854.599
Perdas no Recebimento de Mensalidades	1.143.694	1.301.944
Resultado Financeiro	320.038	(606.879)
<b>(-) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>12.645.960</b>	<b>9.830.179</b>
Outras despesas não operacionais	6.717	15.552
Isenção usufruída	12.639.243	9.814.627
<b>(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) EDUCACIONAL</b>	<b>(4.866.090)</b>	<b>(1.107.567)</b>
<b>RECEITA BRUTA DA ÁREA DE SAÚDE</b>	<b>85.182.312</b>	<b>61.184.291</b>
Planos de Saúde	17.377.917	13.986.854
Sistema Único de Saúde	64.075.695	41.013.592
Particulares	1.830.223	2.041.521
Outras Receitas de Saúde	74.343	4.057.101
Doações	1.052.684	-
Subvenções e Convênios	-	85.223
Secretaria de Estado da Saúde	771.449	-
<b>(=) RECEITA LÍQUIDA DA ÁREA DA SAÚDE</b>	<b>85.182.312</b>	<b>61.184.291</b>
(-) CUSTOS	(78.400.069)	(65.774.143)



<b>(=) SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO DA ÁREA DA SAÚDE</b>	<b>6.782.243</b>	<b>(4.589.852)</b>
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE</b>	<b>(6.479.680)</b>	<b>(3.610.764)</b>
Administrativas e Gerais	(2.818.155)	(335.095)
Resultado Financeiro	(3.661.524)	(3.275.669)
<b>(+) OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>10.916.454</b>	<b>7.419.052</b>
Outras receitas não operacionais	193.671	35
Isenção usufruída	10.722.783	7.419.018
<b>(-) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>(10.792.289)</b>	<b>(7.434.976)</b>
Outras despesas não operacionais	(69.506)	(15.959)
Isenção usufruída	(10.722.783)	(7.419.017)
<b>(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) DA ÁREA DA SAÚDE</b>	<b>426.728</b>	<b>(8.216.540)</b>
<b>(=) SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(4.439.362)</b>	<b>(9.324.107)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (EM REAIS)

<b>CONTAS ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>DEFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>RESERVA DE REAVALIAÇÃO</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>16.477.670</b>	<b>(10.941.369)</b>	<b>43.639.278</b>	<b>49.175.579</b>
Transferido p/ Patrimônio		731.424,84	(762.573,95)	(31.149)
Ajuste de Exercício Anterior	44.740,13			44.740
Déficit em 2012		(9.324.107,95)		(9.324.107)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>16.522.410</b>	<b>(19.534.051)</b>	<b>42.876.704</b>	<b>39.865.063</b>
Transferido p/ Patrimônio		485.878	(530.758)	(44.880)
Ajuste de Exercício Anterior	524.577			524.577
Déficit em 2013		(4.439.362)		(4.439.361)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>17.046.987</b>	<b>(23.487.535)</b>	<b>42.345.946</b>	<b>35.905.399</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)**  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (EM REAIS)

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Déficit do Exercício	(4.439.362)	(9.324.108)
(+) Depreciação e Amortização	2.629.542	2.788.903
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	488.117	13.593
(+) PCLD	3.231.689	(23.086)
<b>Superávit do Exercício Ajustado</b>	<b>1.909.987</b>	<b>(6.544.698)</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do AC + ANC</b>		
Anuidades a Receber	(27.555)	1.066.682
Cheques e Outros Títulos a Receber	19.312	92.215
Convênios e Contratos a Receber	(6.327.593)	(5.677.357)
Devedores de Unidades	38.988.005	(23.723.235)
Estoques	55.209	(191.022)
Seguros e Assinaturas a Apropriar	-	670
Adiantamentos	439.267	10.181
Depósitos Judiciais	(5.624)	239.985
Convênios a Receber c/ Restrição	(4.177.681)	-
<b>Total de Acréscimos/Decréscimos do AC + ANC</b>	<b>28.963.340</b>	<b>(28.181.881)</b>
<b>Acréscimo / Decréscimo do PC + PNC</b>		
Obrigações Trabalhistas	88.409	151.830
Obrigações Fiscais e Sociais a Recolher	109.867	264.289
Obrigações Tributárias a Recolher	78.879	44.904
Fornecedores	2.986.681	589.121
Outras Obrigações a Pagar	(136.394)	712.200
Provisões Sociais Trabalhistas	509.570	116.536
Receitas Antecipadas - Escolas	204.790	101.464
Credores de Unidade	(38.988.005)	23.723.235
Recursos de Projetos	8.392.057	-
Outras Obrigações a Pagar - NC	(1.335.176)	(384.577)
Contingências Passivas	(50.500)	(62.931)



<b>Total de Acréscimos/Decréscimos do PC + PNC</b>	<b>(28.139.823)</b>	<b>25.256.071</b>
<b>TOTAL DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>2.733.504</b>	<b>(9.470.508)</b>
<b>2- DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Novas aquisições de ativo Imobilizado – nota 23	(3.910.715)	(553.198)
Novas aquisições de ativo Intangível – nota 23	(557.170)	(612.186)
<b>3- DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
(+) Novos empréstimos – nota 23	5.430.987	8.957.113
<b>(1+2+3) VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>3.696.605</b>	<b>(1.678.779)</b>
DISPONIBILIDADE NO INICIO DO PERÍODO	1.525.233	3.204.013
<b>VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO</b>	<b>3.696.605</b>	<b>(1.678.780)</b>
DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	5.221.838	1.525.233

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (D.V.A.)**  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012 (EM REAIS)

	<b>ANO 2013</b>		<b>ANO 2012</b>	<b>%</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>172.035.241</b>		<b>140.381.034</b>	
Receitas de Atividades Área Educacional	60.404.372		56.788.316	
Receitas de Atividades Área Saúde	78.277.498		57.041.967	
Isenção Usufruída	23.362.026		17.233.645	
Outras Receitas	9.991.345		9.317.106	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(64.508.589)</b>		<b>(55.755.604)</b>	
Custos de Manutenção das Atividades	(54.874.550)		(46.694.191)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(9.634.038)		(9.061.414)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>107.526.652</b>		<b>84.625.430</b>	
Depreciações/Amortizações	(2.719.577)		(1.118.282)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>104.807.075</b>		<b>83.507.147</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>				
Doações	876.924		364.838	
Subvenções	-		85.223	
Receitas Financeiras	2.870.379		2.835.147	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>108.554.377</b>		<b>86.792.354</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
Colaboradores	72.591.649	66,87	65.338.854	75,28
Despesas Juros	7.529.201	6,94	6.348.737	7,31
Assistência Social, Educacional e Saúde	9.510.864	8,76	7.195.228	8,29
Isenção Usufruída	23.362.026	21,52	17.233.645	19,86
Superávit / Déficit do Exercício	(4.439.362)	(4,09)	(9.324.108)	(10,74)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>108.554.377</b>	<b>100,00</b>	<b>86.792.355</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

### **NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de Educação, conforme o artigo 1º do Estatuto Social.

Entidade integrante do poder público, como de Utilidade Pública Federal, conforme parecer nº 299/04, com base na Lei 91/35 e Decreto 50.517/61, com Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto nº 13.115 de 06 de novembro de 1970, com Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei Municipal nº 3111, de 10 de abril de 1996.

Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º:

- I. Manter a Universidade Vale do Sapucaí, bem como outras instituições de ensino por ela criadas, com atividades de ensino, pesquisa e extensão, em todos os ramos do saber e da divulgação científico-cultural;
- II. Criar e manter estabelecimentos de suporte e conjugação com a área de ensino, pesquisa e extensão, ou em quaisquer áreas de atividades, caso delibere convenientes e necessários à sua existência;
- III. Criar e manter programas educativos e assistenciais que beneficiem os estudantes e a comunidade;
- IV. Cuidar de atividades ligadas ao ensino, desenvolvendo, por todos os meios, atividades de intercâmbio com entidades congêneres nacionais ou estrangeiras.

### **NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Na elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei No.



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis e Resolução nº 1.409/12 que aprova a ITG 2002. Esta resolução trata de entidades sem fins lucrativos e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, especialmente entidades imune, isenta de impostos e contribuições para seguridade social estabelecendo critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis e ainda informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

### **NOTA 03– FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO 1.330/11 (NBC ITG 2000)**

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

### **NOTA 04 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC nº 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC nº 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos até a data do balanço – nota 5.

**b) Ativos circulantes e não circulantes:** Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado - nota 06, 07,08, 09 e 10.

**c) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa:** Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Fundação para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade e assim atendendo a Resolução CFC Nº1409/12 (NBC - ITG 2002) em seu item



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

14 que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90 – nota 06 e 07.

**d) Estoques:** Resolução CFC No. 1.170/09 (NBC TG 16) – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2013 é de R\$ 1.034.650,3. Com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, não foi necessário a constituição da provisão para desvalorização dos estoques.

**e) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação conforme taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

**f) Obras em Andamento:** As construções em andamento são constituídas pelo custo do projeto, mão-de-obra e aquisições de materiais – nota 11.

**g) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – **Provisões** – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo,





## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido – nota 13 e 14.

**h) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes.

**i) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço – nota 13.

**j) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço-nota 13.

**k) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.

**l) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

**m) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo imobilizado, Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa e Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente. Contudo, não há situação de maior complexidade que requeira maior nível de julgamento.

### NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	25.058	22.734
Banco conta corrente	2.694.364	240.076
Aplicações financeiras	<u>2.502.416</u>	<u>1.262.424</u>
	<u><b>5.221.838</b></u>	<u><b>1.525.234</b></u>

As aplicações financeiras são compostas por aplicações de curto prazo. Estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos apropriados até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência.

### NOTA 06 – MENSALIDADES A RECEBER DE CLIENTES (Atividade Preponderante – Educação)

#### Mensalidades a receber

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Unidade Central	1.858.993	2.038.453
Unidade Fátima	2.049.056	2.524.758
FIES	772.649	405.790
Colégio Vale do Sapucaí	476.897	369.047
Colégio João Paulo	265.897	274.224



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Pós-Graduação	681.863	583.962
Isepec	64.989	81.801
Outras	7.103	7.103
Devedores acordo - mens. Internos	5.402.958	6.089.919
(-) Provisão para créditos devedores duvidosos	<u>(3.423.025)</u>	<u>(3.444.986)</u>
	<b><u>8.157.380</u></b>	<b><u>8.930.071</u></b>

### NOTA 7 – OUTROS TÍTULOS A RECEBER (Saúde e demais atividades)

Descrição	2013	2012
Pacientes do SUS	19.113.510	11.345.159
Pacientes conveniados	5.110.222	4.057.587
Pacientes particulares	48.933	182.626
Devedores de acordos	1.224.370	1.094.163
Cheques custodiados	191.905	260.939
Cheques devolvidos em cobrança	556.097	532.697
Devedores por contratos	862.317	865.958
Depósitos Judiciais	146.726	141.102
Outros títulos a receber	70.407	30.423
Convênios a Receber com Restrição	4.177.680	-
(-) Provisão para credito de liquidação duvidosa	<u>(9.980.251)</u>	<u>(7.513.495)</u>
	<b><u>21.521.917</u></b>	<b><u>10.997.159</u></b>



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 08 – DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo é composto pelos seguros, assinaturas contratadas e material didático do exercício 2013, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Seguro Veículos - Fuvs	4.261	4.003
Seguro Unidade Central - Univás	2.167	2.167
Seguro Unidade Fátima - Univás	1.188	1.871
Seguro Prédio Hospital - HCSL	3.775	3.567
Outros Ativos Circulantes	(27)	30.181
Vestibular	76.398	474.159
	<b>87.761</b>	<b>515.948</b>

### NOTA 09 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Este grupo é composto, por adiantamentos, valores a recuperar e outros valores a receber das atividades sustentáveis.

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Adiantamentos	416.302	436.300
	<b>416.302</b>	<b>436.300</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 10 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo está composto por valores a receber e recuperar, onde consistem de valores cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Devedores de Acordos	1.568.365	792.374
	<b>1.568.365</b>	<b>792.374</b>

### NOTA 11 – ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção e acrescido de reavaliações espontâneas registradas em 2004, 2006, 2007, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O resultado dessa reavaliação está registrado em contrapartida no patrimônio líquido. As depreciações são apuradas pelo método linear, com base na vida útil econômica, constantes do laudo de avaliação para os bens reavaliados e taxas estabelecidas pela legislação fiscal para os demais bens.

No ano de 2010 a Entidade adotou novos percentuais de depreciação dos bens Imóveis e assim se enquadrando na legislação vigente. A metodologia utilizada segue os princípios aprovados pela Deliberação CVM 527 de 01.11.2007, retificada conforme publicação de 09.12.2007, que aprovou as determinações e procedimentos estabelecidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis através do CPC 04 e 27, bem como, as Normas ABNT que tratam da avaliação de bens e determinação da vida útil: ABNT nº 14.653-1 – Procedimentos Gerais; ABNT nº 14.653-2 – Imóveis Urbanos; e ABNT nº 14.653-5 – Máquinas e Equipamentos e Outros Bens.



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

**QUADRO DEMONSTRATIVO DO IMOBILIZADO EM 31/12/2013**

<b>Rubricas</b>	<b>Qtde.</b>	<b>Residual</b>	<b>Deprec Mensal</b>	<b>Tx. Deprec Anual</b>	<b>Vida Útil Remanescente (Media em anos)</b>
<b>Contábeis</b>	<b>Bens</b>	<b>Total</b>	<b>Residual</b>	<b>Residual</b>	
Terrenos	6	37.190.559		-	-
Imóveis	33	24.472.807	49.046	2,48%	588.552
Biblioteca	62.322	573.036	8.509	10%	102.114
Veículos	8	105.485	2.202	20%	26.426
Computadores	3853	765.188	14.470	23,55%	173.638
Máquinas	3198	8.708.769	97.294	8,74%	1.167.530
Obras em andamento	2	1.224.318	0	-	0
Móveis e utensílios	19071	1.890.039	15.813	11,23%	189.762
Software	2937	1.308.324	39.299	20%	471.589
Marcas e patentes		6.410	0		
<b>TOTAL</b>	<b>91.430</b>	<b>76.244.935</b>	<b>226.634</b>		<b>2.719.610</b>



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

### **NOTA 12 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS**

A Entidade revisou o valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei No. 11.638/07, Deliberação da CVM No. 527, Resolução 1.292/10 que aprova (NBC TG 01). Quando tais evidências são identificadas (o que não foi o caso em 2013), e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração para efetuar esse teste avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações a análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de Receita, Caixa, Crescimento e Retorno de Investimentos dos últimos três (2010, 2011 e 2012) exercícios sociais, mais o exercício em curso (2013) e projeções futuras (2014, 2015 e 2016).

Concluimos que ambos os métodos e/ou critérios (pelo valor líquido de venda e valor líquido de uso) utilizados demonstraram que o valor líquido contábil está a menor que o valor justo estimado, e por este motivo não é necessário qualquer lançamento contábil para redução dos valores contabilizados, e assim não foi necessário constituir provisões para recuperação de ativos imobilizado e intangível do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 13 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor de fornecedores em geral, obrigações fiscal-empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Salários e Ordenados a Pagar	3.195.284	3.106.879
Outras Obrigações Sociais	295.392	269.692
FGTS a Recolher	558.035	523.987
INSS a Recolher	385.867	391.431
Contribuições na Fonte a Recolher	40.301	38.272
IRPJ a Recolher	19.610	15.051
IRRF a Recolher	1.137.092	1.031.784
PASEP a Recolher	71.145	66.692
Fornecedores	6.095.399	3.209.467
Fornecedores de Serviços Médicos	116.509	28.747
Prestadores de Serviços Autônomos	12.986	-
Credores	1.932.603	2.080.575
Credores Diversos	507.604	483.157
Aluguel de Credores	40.976	29.644
Arrendamento Mercantil	11.312	23.930
Credores de Ações Judiciais	2.896	2.693
Provisão de Férias e 13 <sup>o</sup>	6.355.715	5.800.203
Empréstimos Bancários	17.831.471	17.666.062
Receita de Exercício Futuro	440.848	577.242
Credores de Unidade	411.889	39.399.894





## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Juros sobre Financiamento a Apropriar	(5.250.189)	(2.938.149)
FGTS Parcelamento a Recolher	94.207	249.448
Acordos Cíveis	319.406	-
Recursos de Projetos em Execução com Restrição	8.392.057	-
	<u>43.018.415</u>	<u>72.056.701</u>

### NOTA 14 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Este grupo está composto por empréstimos, outras obrigações a pagar, valores cujo vencimento ultrapassam o exercício subsequente.

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ações Judiciais e Trabalhistas	5.237.385	2.479.361
Empréstimos Bancários	38.340.728	33.926.886
Arrendamento Mercantil	-	11.312
Juros s/ Financiamento a apropriar	<u>(7.836.889)</u>	<u>(10.057.745)</u>
	<u>35.741.224</u>	<u>26.359.814</u>

O empréstimo bancário de número: 26.0147.610.0000012-71 foi efetuado pela Unidade Hospital das Clínicas Samuel Libânio, por terem a garantia constituída pela Cessão de Direitos Creditórios junto ao Ministério da Saúde-MS, em decorrência da prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS.



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do período, déficit ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Patrimônio Social	17.046.987	16.522.410
Ajuste de Avaliação Patrimonial	42.345.946	42.876.704
Superávit / Déficit do Exercício	(4.439.361)	(9.324.108)
Superávit / Déficit Acumulado	<u>(19.048.173)</u>	<u>(10.209.942)</u>
	<u><b>35.905.399</b></u>	<u><b>39.865.063</b></u>

### NOTA 16 – AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade.



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

<u>Descrição</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajuste de Exercícios Anteriores	812.530	44.740
	<u>812.530</u>	<u>44.740</u>

### **NOTA 17 - AJUSTE A VALOR PRESENTE Resolução do CFC No. 1.151/09 (NBC TG 12)**

Em cumprimento a Resolução 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes, pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

### **NOTA 18 – Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC No. 1.305/10( NBC TG 07)**

São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

A Entidade para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC No. 1.305/10 (NBC TG 07).



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

A entidade recebeu no decorrer do período os seguintes recursos financeiros do Poder Público Estadual:

<b>Concedente</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Gov. Estadual	5.863.564	2.677.341
	<b>5.863.564</b>	<b>2.677.341</b>

### NOTA 19 – PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES (Resolução CFC No. 1.180/09 NBC TG 25)

Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais (fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão, no qual demonstraremos abaixo tratamento contábil adotado:

<b>Rubrica Contábil</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Cível	3.981.398	1.350.237
Trabalhista	1.240.609	1.110.851
Judicial	15.378	29.586
	<b>5.237.385</b>	<b>2.490.674</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012  
NOTA 20 – RECEITAS (Resolução CFC No. 1.412/12)**

Em atendimento a Resolução do CFC No. 1.412/12 que aprova a NBC TG 30, as receitas (fontes de recursos) da Entidade oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais e de saúde), conforme art. 7º do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei No. 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais. Outras receitas (fins e sustentáveis, conforme art. 8º do Estatuto Social) também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

Segue abaixo o montante de cada categoria significativa (relevante) de receita reconhecida durante o período:

<b>Rubrica Contábil</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Prestação Serviço Educacional	60.404.372	56.788.316
Prestação Serviço de Saúde	78.277.498	57.041.967
Doações e Subvenções	876.924	376.338
Outras Receitas	5.290.552	10.982.156
Programas com restrição	5.863.564	-
Receitas Financeiras	1.707.609	1.282.819
	<b>152.420.518</b>	<b>126.471.596</b>



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 21 – OUTRAS RECEITAS / DESPESAS (FATOS EXTRAORDINÁRIOS)

Conforme a Resolução 1.152/09 que aprova NBC TG 13 e 1.157/09 que aprova CTG 02 e a Medida Provisória No. 449/08 (atual Lei 11.941/09) as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo “Outras Receitas / Despesas” no grupo operacional e não após a linha do “resultado operacional”. Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

<b>Rubrica Contábil</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Receita Venda Imobilizado	2.098	18.310
Programa de Incubação	8.573	6.836
Receita sobre Vendas de Bens Consumíveis	3.388	-
Receita de Serviço de Esterilização	895	-
Oficina de Informação do SUS	3.600	-
Outras Receitas	4.608	-
Perdas e Danos	(41.863)	(29.960)
Doações	(800)	(1.551)
Outras Despesas	(33.560)	-
	<b>(53.061)</b>	<b>(6.365)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### NOTA 22 – DO RESULTADO DO PERÍODO

O Déficit do exercício de 2013 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC Nº. 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que revogou a Resolução CFC Nº 877 NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

### NOTA 23 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13.

O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o Indireto.

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Investimentos são as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Aquisição do Imobilizado	3.910.715	553.198
Aquisições do Intangível	557.170	612.186
	<u>4.467.885</u>	<u>1.165.384</u>

## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

As rubricas contábeis que compõem o saldo das Atividades de Financiamentos são as seguintes:

<b>Descrição</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Empréstimos e Financ. Obtidos de Terceiros	25.481.079	54.706.926
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(11.958.392)	(35.726.249)
Juros pagos por Empréstimos e Financiamentos	(8.091.700)	(7.210.804)
	<b><u>5.430.987</u></b>	<b><u>11.769.873</u></b>

### NOTA 24– COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Valor total segurado R\$ 48.299.780 e veículos valor de mercado.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.





**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

**NOTA 25 – DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS**

Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, previstas no seu Estatuto Social, artigo 4º, conforme demonstrativo em anexo:

<u>Exercício</u>	<u>Valor Recebido</u>
2013	876.924
2012	<u>450.060</u>
<b>Total</b>	<b><u><u>1.326.984</u></u></b>

**NOTA 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES**

A Entidade entrou com recurso acerca do indeferimento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, publicado conforme Portaria nº. 30 de 12 de janeiro de 2012.

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.184/09 que aprova NBC TG 24, aplicável no ajuste das demonstrações contábeis com respeito a eventos subsequentes ao período contábil a que se referem essas demonstrações. Evidenciamos abaixo os valores apurados referente a Cota Patronal do período de 2010 a 2013, que deverá ser recolhido caso o recurso seja julgado improcedente.

<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>TOTAL</b>
13.303.358	15.413.634	17.237.007	23.362.025	<b>69.316.024</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012  
NOTA 27 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea “C” e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

**NOTA 28 – FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO  
VIGENTE**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma entidade sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 44 a 61 do Código Civil.

**NOTA 29 – CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE**

A Fundação é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida pela Constituição Federal;
- a imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012  
NOTA 30 – REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA**

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional (CTN).

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento podendo ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

**NOTA 31 – ISENÇÃO TRIBUTÁRIA**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é isenta à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei No. 9.532/97, Lei No. 11.096/06 e Lei No. 12.101/09 e Decreto 7.237/10.



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012  
NOTA 32 – CARACTERÍSTICA DA ISENÇÃO**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei No. 9.532/97 e artigo 1º. da Lei No. 12.101/09, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), no qual usufrui das seguintes características:

- a Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei (contrapartida);
- existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

**NOTA 33 – REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO  
TRIBUTÁRIA**

A Fundação é uma entidade beneficente de assistência social (possui CEBAS) e para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei No. 12.101/09 cumpri os seguintes requisitos:

**ESTATUTÁRIOS**

- não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (art. 11 do Estatuto Social);



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

- aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social);
- não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (art. 33 do Estatuto Social);
- possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

- elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

### **NOTA 34 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS (ISENTAS)**

Conforme o artigo 29 da Lei No. 12.101/09 entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei no 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

#### **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS**

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT(1%, 2% ou 3% )
- TERCEIROS (4,5% - Educação e Social e 5,8% - Saúde)
- COFINS – 3%

### **NOTA 35 OBRIGAÇÕES DA SAÚDE PARA FINS DE CEBAS**

A Entidade em atendimento a Portaria GM/MS No. 2035/13 formalizou sua contratualização no dia 17/09/2013, com o Gestor Local do SUS. A Instituição de saúde mantém atualizados seus dados no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde (CNES).

Os serviços de saúde desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Saúde (Política Nacional de Saúde, Política Nacional de Humanização, Política Nacional de



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Atenção Básica à Saúde e outras) que ela está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

### NOTA 36 – CUMPRIMENTO DE METAS COM O SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no contrato de contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS, no quadro abaixo demonstraremos os dados dos atendimentos:

<b>DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	<b>SUS</b>	<b>Part.</b>	<b>Convênios</b>	<b>Total</b>
Nº. de Internações	12.506	426	2.318	15.250
Nº de Cirurgias	7.260	371	1.732	9.363

#### **Movimento Obstétrico**

Número de Partos/Curetagens/ Intercorrências/Ano	2.226	116	253	2.595
---	-------	-----	-----	-------

#### **Movimento Externo / Interno Ano:**

SADT	807.931	8.947	107.929	924.807
Fisioterapia	114.591		9.121	123.712
Hemodinâmica	1.208	129	249	1.586
Litotripsia	528	60	63	651
<b>Total SADT</b>	<b>924.258</b>	<b>9.136</b>	<b>117.362</b>	<b>1.050.756</b>
Ambulatórios- Nº de Atendimentos	83.538	0	0	83.538
Pronto Socorro - Nº de Atendimentos	78.211	1.807	83.134	163.152



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

Hemoterapia – Nº de Transfusões de Sangue e outros	6.720	68	928	7.716
Serviço de Quimioterapia	4.229			4.229
Serviço Terapia Renal Substitutiva	25.994		821	26.815

**Fonte:** Dados Estatísticos do HCSL

### NOTA 37 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Conforme determinação do artigo 4º. da Lei No. 12.101/09 artigo 19 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 7º. da Portaria do MS Nº 1.970, de 16 de agosto de 2011 a Entidade cumpriu:

- as metas estabelecidas em contrato de contratualização, conforme Nota 37;
- ofertou a prestação de seus serviços ao Gestor Local do SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) que pode ser comprovado pelas informações que a Entidade inseriu no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), no Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e no Comunicado de Internação Hospitalar (CIH);

Nos quadros abaixo demonstramos, conforme determina o artigo 5º da Lei No.

12.101/09 artigo 18 do Decreto No. 7.237/10 e artigo 5º. da Portaria do MS nº 1.970, de 16 de agosto de 2011:

- número de pessoas atendidas SUS e Ñ-SUS;
- número de atendimentos SUS e Ñ-SUS;
- percentual de atendimentos SUS (superior ao 60% exigido).





## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

<b>DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - SUS 2013</b>	<b>Atendimentos</b>	<b>Paciente dia</b>	<b>Procedimentos</b>
Internações	12.506	65.846	0
Ambulatoriais	0	0	739.713

**Fonte:** Datasus - Ministério da Saúde

<b>DADOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS - NÃO SUS 2013</b>	<b>Atendimentos</b>	<b>Paciente dia</b>	<b>Procedimentos</b>
Internações	2.744	11.694	
Ambulatoriais	0	0	154.793
Atendimentos Gratuitos	0	0	31.388

**Fonte:** Sistema Tasy /CIHA

A Entidade realizou gratuitamente em 2013, 6128 atendimentos ambulatoriais no Posto São João e Caic São João, sendo:

Coleta para exame Cito patológico cervico-vaginal/microflora	130
Consultas Pediatria/Clinica Médica/ Geriatria e Ginecologia	5.399
Fisioterapia	132
Enfermagem	467
<b>TOTAL ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>	<b>6.128</b>

### NOTA 38 – OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 40 da Lei No. 12.101/09 e o Decreto No. 7.237/10 a Entidade já procedeu ao recadastramento no Ministério da Educação, pelo site no SISCEBAS (<http://cebas.mec.gov.br/>).

## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei No. 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentada.

Em atendimento no artigo 13 da Lei No. 12.101/09 e o artigo 25 do Decreto No. 7.237/10 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

### **NOTA 39 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS**

Em atenção ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica) e artigo 11 da Lei 11.096/05 (Ensino Superior), a Fundação atendeu integralmente ao prescrito nas legislações supracitadas, concedendo 01 bolsa integral para cada 09 estudantes pagantes no ano de 2013.

<b>Educação Básica</b>	<b>Quantidade</b>
Alunos matriculados	1178
Alunos pagantes	854
Alunos necessários (relação 1 para 9)	94
Alunos com bolsa integral	102



**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

<b>Cursos de Graduação e Sequenciais</b>	<b>Quantidade</b>
Alunos matriculados nos cursos de graduação e sequenciais	3.325
Alunos pagantes nos cursos de graduação e sequenciais	2.607
Alunos necessários (relação 1 para 9)	290
Alunos com bolsa integral	449

**NOTA 40 - DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE RECEITA – EDUCAÇÃO BÁSICA E ENSINO SUPERIOR**

Em atendimento ao artigo 13 da Lei 12.101/09 (Educação Básica), artigo 25 do Decreto No. 7.237/10 e pela Lei No. 11.096/05 artigo 11 (Ensino Superior), a instituição demonstra abaixo a composição dos 20% de gratuidade educacional concedida sobre a receita efetivamente recebida da Educação Básica e Ensino Superior.

As aplicações em gratuidades educacionais para os exercícios de 2013, considerando a Lei No. 12.101/09, o Decreto 7.237/10 e as regras do PROUNI estão demonstrados a seguir:



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA - EDUCAÇÃO BÁSICA 2013

1 Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no início do exercício	625.949,27
2 (+) Receita Bruta de mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	8.021.346,26
3 (-) Bolsas de estudo integrais	937.843,05
4 (-) Bolsas de estudo parciais	190.801,35
5 (-) Outras bolsas de estudo integrais/parciais	-
6 (-) Descontos concedidos sobre mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	1.234.150,37
7 (-) Devolução /cancelamentos mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	-
8 (-) Outras bolsas de estudo integrais/parciais	-
9 Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no final do exercício	713.307,82

**(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo) 5.571.192,94**

**OBRIGAÇÃO - 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA 1.114.238,59 20,00%**

Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	937.843,05	16,83%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	190.801,35	3,42%
Valor mínimo da Gratuidade	1.114.238,59	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 11.096/2005	1.128.644,40	20,26%

### DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO DOS 20% DE GRATUIDADE SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA - EDUCAÇÃO SUPERIOR 2013

1 Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no início do exercício	5.056.665,62
2 (+) Receita Bruta de mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	48.765.893,43
3 (-) Bolsas de estudo integrais	6.342.003,52
4 (-) Bolsas de estudo parciais	2.526.512,74
5 (-) Outras Bolsas de estudo integrais/parciais	-
6 (-) Descontos concedidos sobre mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	1.651.632,99
7 (-) Devolução/cancelamentos mensalidades/semestralidades/anuidades do exercício	-
8 (-) Outras bolsas de estudo integrais/parciais	-
9 Mensalidades/semestralidades/anuidades a receber no final do exercício	4.751.549,90

**(=) Total da receita efetivamente recebida (Base de Cálculo) 38.355.136,28**

**OBRIGAÇÃO - 20% SOBRE A RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA 7.671.027,26 20,00%**

Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas integrais (100%)	6.342.003,52	16,53%
Percentual Aplicado em Gratuidade - Educação Bolsas parciais	2.526.512,74	6,59%
Valor mínimo da Gratuidade	7.671.027,26	20,00%
Valor Total Aplicado em Gratuidade - Lei 12.101/09	8.868.516,26	23,12%



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

### **NOTA 41 - DA CONCESSÃO DOS RECURSOS EM ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO BÁSICA E BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ADESÃO AO PROUNI)**

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, em conformidade com o artigo 13 da Lei No. 12.101/09 e artigo 25 do Decreto No. 7.237/10 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei No. 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.*
- *A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.*

A receita base da educação básica para apuração da obrigação mínima dos 20% foi elaborada conforme a interpretação literal do artigo 13 da Lei No. 12.101/09, descrito a seguir:

*“ Para os fins da concessão da certificação de que trata esta Lei, a entidade de educação deverá aplicar anualmente em gratuidade, na forma do § 1o, pelo menos 20% (vinte por cento)” da receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999.*



## **NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

### **NOTA 42 – DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ENSINO SUPERIOR (ADESÃO AO PROUNI)**

Em observância à Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005, aderiu ao Programa Universidade Para Todos – PROUNI, em dezembro de 2004, através do qual, além de outras assistências educacionais e programas filantrópicos que a Entidade mantém, oferece gratuidades integrais aos beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI.

A receita base de cálculo referente ao Ensino superior foi elaborada em conformidade com o artigo 11 inciso I da Lei n° 11.096 conforme descrito a seguir:

*“Art. 11. As entidades beneficentes de assistência social que atuem no ensino superior poderão, mediante assinatura de termo de adesão no Ministério da Educação, adotar as regras do Prouni, contidas nesta Lei, para seleção dos estudantes beneficiados com bolsas integrais e bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), em especial as regras previstas no art. 3o e no inciso II do caput e §§ 1o e 2o do art. 7o desta Lei, comprometendo-se, pelo prazo de vigência do termo de adesão, limitado a 10 (dez) anos, renovável por iguais períodos, e respeitado o disposto no art. 10 desta Lei, ao atendimento das seguintes condições:*

*I - oferecer 20% (vinte por cento), em gratuidade, de sua receita anual efetivamente recebida nos termos da Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999, ficando dispensadas do cumprimento da exigência do § 1o do art. 10 desta Lei, desde que sejam respeitadas, quando*



FUNDAÇÃO DE ENSINO  
SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012**

*couber, as normas que disciplinam a atuação das entidades beneficentes  
de assistência social na área da saúde.”*

Pouso Alegre, 31 de dezembro de 2013.



Rafael Tadeu Simões  
Presidente da EUVS



Roseli Maria de Oliveira  
Contador CRCMG: 77.778/0



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 e 2012

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Procedendo ao exame dos Balanços Patrimoniais da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí, bem como das Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, realizados em **31 de dezembro de 2013**, dentro das exigências e princípios contábeis geralmente aceitos e aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior, e fundamentalmente no Parecer dos Auditores Independentes, Audisa Auditores Associados, somos de parecer que o Balanço Patrimonial bem como da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Superávit e/ou Déficit, Demonstração do Fluxo de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativo ao exercício supra-citado, representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ em 31 de Dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.


Isto posto, opinamos pela sua aprovação.

Para seu documento, firmamos o presente.

Pouso Alegre, MG, em 17 de Março de 2014.

  
Fabiano Pagliarini Garcia  
Empresário – Identidade – M-1. 590.540

  
Marco Antônio Dias  
Comerciante – Identidade: M – 1.693.615

  
Pedro Garcia Duarte  
Dentista – Identidade – 8.185.623/SP

  
Carlos Messias Muniz  
Advogado - OAB – 49.563